

MATERNIDADE E MÍDIAS SOCIAIS NO BRASIL: VIVÊNCIAS MATERNAS COMPARTILHADAS EM REDE ¹

Ana Luiza de Figueiredo Souza ²

Resumo

Nas mídias sociais, diferentes mulheres têm compartilhado suas vivências maternas por meio de narrativas pessoais, criando redes de apoio, negociação e conflito. Após breve apanhado histórico, o artigo explora: quais valores são disputados por meio dessas narrativas; de que modos o uso das mídias sociais visibiliza problematizações da maternidade; e como as narrativas pessoais integram o ambiente dialógico da cultura digital. O corpus é composto por nove posts – seis em fanpages e perfis pessoais no site de rede social Facebook; três em blogs maternos –, junto a seus comentários. A metodologia se apoia na Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC). Conclui-se que as discussões online sobre a maternidade indicam potencial de propagação, gerado pelas performances discursivas das participantes.

Palavras-chave

maternidade; narrativas pessoais; vivência materna; mídias sociais; ADMC.

Abstract

On social media, different women have shared their maternal experiences through personal narratives, creating support, negotiation and conflict networks. After a brief historical overview, the article explores: what values are disputed through these narratives; how the use of social media makes problematization of motherhood visible; and how personal narratives integrate the dialogic environment of digital culture. The corpus consists of nine posts – six in fanpages and personal profiles on the social networking site Facebook; three on maternal blogs –, along with your comments. The methodology is supported by Computer-Mediated Discourse Analysis (CMDA). It is concluded that the online discussions about motherhood indicate potential for spread, generated by the participants' discursive performances.

Keywords

motherhood; personal narratives; maternal experience; social media; CMDA.

¹ Versão anterior do artigo foi apresentada no GP Comunicação e Cultura Digital do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom).

² Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM UFF). E-mail: analuizafigueiredosouza@id.uff.br. Site: www.analuizadefigueiredosouza.com.br.

Introdução

Debates sobre as construções simbólicas e socioculturais em torno da maternidade com abordagem personalista – ou seja, com foco nas particularidades, experiências e sentimentos que compõem a relação de alguém com a maternidade –, não pertenciam ao cotidiano de parcela considerável da população feminina até as duas últimas décadas. No Brasil, o espalhamento de narrativas pessoais sobre a maternidade ocorre através da mediação de variadas mídias (OLIVEIRA-CRUZ e MENDONÇA, 2021), com destaque naquelas tidas como sociais: plataformas de comunicação em rede, surgidas a partir do que teria sido a segunda fase da *World Wide Web* (web 2.0), nas quais seus participantes podem criar perfis, interagir, estabelecer conexões e compartilhar conteúdo com os demais usuários. São frequentemente chamadas de sociais por permitirem modos comunicativos bi e multidirecionais entre os sujeitos, bem como a visibilidade de conteúdos por eles criados (LE MOS, 2002; PRIMO, 2007), diferenciando-se das mídias massivas.

Dentre essas mídias, o site de rede social Facebook e os blogs maternos têm constituído as principais plataformas em que as brasileiras, ao longo da última década, abordam questões relativas à maternidade (FIGUEIREDO SOUZA, 2019), embora atualmente o Instagram desponte como plataforma cada vez mais acionada (FIGUEIREDO SOUZA, 2022). Nesta dinâmica encontram-se mães mais, menos ou (in)satisfeitas de filhos (planejados ou não), e não mães³ (voluntárias ou involuntárias). Além de páginas/grupos no Facebook e dos blogs, sites, canais no YouTube, fóruns de discussão online, contas no Twitter e no TikTok também integram o cenário virtual em que ocorrem debates sobre o que aqui se entende enquanto conceito mais amplo de maternidade: as práticas, disputas, valores e construções culturais, sociais e políticas a seu redor.

Boa parte da literatura acadêmica considera a maternidade uma instituição simbólica cuja ideologia está predominantemente baseada na cultura patriarcal (O'REILLY, 2010; OLIVEIRA-CRUZ e MENDONÇA, 2021; FIGUEIREDO SOUZA, 2022). Já o termo maternagem se refere ao conjunto de ações e experiências relativas à rotina de cuidados com quem se toma como filho. Nesse sentido, pode-se entender que a maternidade engloba a maternagem, já que as práticas de cuidado com os filhos se relacionam com os ideais e símbolos da maternidade, seja para segui-los, complementá-los ou fazer-lhes oposição. Ainda assim, é preciso

³ Cabe apontar que há mulheres sem filhos que não se sentem confortáveis com os termos “não mãe” e “não maternidade”, embora sejam bem disseminados nas discussões online e na literatura acadêmica internacional.

encarar a maternidade e a maternagem enquanto conceitos que dizem respeito a todas as mulheres, conforme refletem e influenciam o tratamento por elas recebido. Em última instância, se relacionam à sociedade como um todo. Por um lado, crianças e não mães em idade avançada precisarão ocupar serviços e espaços públicos. Por outro, também será necessário pensar as imagens, demandas e atribuições associadas àquelas que tiveram ou não filhos.

Por tais motivos, o termo vivência materna abrange a relação das mulheres com a maternidade, tenham filhos ou não. Trata-se do conjunto de valores e ideologias a ela relacionados que cada mulher – por meio do convívio familiar, instituições de ensino, cotidiano social, redes de contatos, produções midiáticas – adquire ao longo da vida. Este conjunto ajuda a estabelecer o lugar que as mulheres reservam à maternidade dentro de seu planejamento pessoal e, também, a forma como a enxergam em termos coletivos (FIGUEIREDO SOUZA, 2019, 2022). Apesar de não possuírem vivência materna – e cabe refletir se o termo vivência paterna seria adequado, considerando-se a diferença de relevância que a paternidade possui na socialização masculina em comparação à maternidade na feminina –, homens podem relatar a vivência materna de mulheres com quem convivem, inclusive por meio de narrativas pessoais.

Escosteguy (2008) aponta que a maternidade constantemente aparece enquanto parte constitutiva e, muitas vezes, indissociável da identidade feminina. Autoras como Baidinter (1985), Freire (2009) e Forna (1999) demonstram que os sentimentos e condutas a ela associados foram/são histórica e socialmente construídos, com base em determinadas circunstâncias e interesses. Não se trata, portanto, de discutir um suposto instinto feminino que leva as mulheres a serem mães, mas compreender as estruturas socioculturais, afetivas, simbólicas e tecnológicas que possibilitam a manutenção (e o questionamento) de determinados modelos maternos e de maternagem. Ancorado no cenário brasileiro, o artigo atenta para o papel que as mídias sociais desempenham ao mediar diferentes discursos sobre construções de maternidade e não maternidade, dando visibilidade às performances discursivas de mulheres que não são celebridades ou figuras públicas.

O trabalho apresenta um panorama das narrativas sobre a maternidade produzidas por mulheres comuns que têm surgido em mídias sociais como blogs maternos e o Facebook, situando-o em relação a movimentos históricos anteriores. Os objetivos são: a) explorar de que modos tais narrativas expõem as tensões e paradoxos em torno da maternidade, em diálogo com a cultura digital; b) identificar que valores estão sendo negociados e disputados através dos discursos sobre a maternidade produzidos por mulheres nessas plataformas.

Para isso, com inspiração na Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC), analisam-se nove posts que tensionam diferentes aspectos da maternidade em blogs maternos e no Facebook (âmbito de produção), bem como seus comentários (âmbito de recepção).

O artigo sintetiza alguns resultados da dissertação de mestrado produzida entre 2017 e 2019 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, vencedora do Prêmio Compós e adaptada para o formato livro.

Transformações maternas históricas

A partir do século XVI, representantes masculinos de diferentes segmentos da sociedade colonial e metropolitana empreendem um esforço de colonização para todos os moradores do Brasil, alinhando-se ao interesse de Portugal em povoar as áreas desocupadas de um território cobiçado por demais países europeus e por adeptos da reforma protestante. As mães tornam-se parte desse empreendimento que, junto à Igreja Católica Ultramarina, almeja a construção de um modelo materno que incorpore os valores do casamento insolúvel, da estabilidade conjugal e da valorização da “família legítima” (DEL PRIORE, 2009). Surge assim a imagem da santa-mãezinha, pudorosa, caseira, obediente, de preferência branca e católica. No entanto, ainda havia muitas mulheres à margem das recém-criadas normas maternas, das quais boa parte precisava ausentar-se do espaço doméstico por longos períodos para sustentar aqueles que dependiam de seu trabalho. A pobreza impedia que seguissem integralmente as práticas da mãe retraída, de figura assexuada, responsável pela casa, a família, o casamento e a procriação, sendo a única encarregada do nascimento, sobrevivência, saúde e disciplina dos filhos. Somando-se às escravas e indígenas, o número de brasileiras que divergiam do ideal da santa-mãezinha era muito mais expressivo do que o daquelas que o personificavam.

Diante disso, a Igreja intensificou a polaridade entre a figura da santa-mãezinha (pudica, servil, restrita ao lar) e a da puta (qualquer mulher que assim não se portasse como casada ou santa-mãezinha). Além de agravar a desigualdade nas relações de gênero, tais categorizações muito influenciaram a constituição dos papéis femininos, construindo estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial — a mulher pecaminosa, a abandonada, a preterida, a infértil que, por sê-lo, é melancólica. Estes preconceitos e estigmas sociais também acentuavam as diferenças entre mulheres, que criavam redes de solidariedade, saberes e micropoderes. A maternidade, nesse contexto, configurava uma esfera tanto de disputas quanto de trocas de informações e favores entre elas.

Engendrou-se assim uma devoção popular e religiosa ao redor daquelas que conseguiam ser mães. A superação dos percalços financeiros, emocionais e de saúde agravados pelas gestações consecutivas servia de referência às demais mulheres, transformando o sofrimento em caminho para o que se considerava a máxima expressão de felicidade feminina: a maternidade. Crença reforçada graças à influência que as modificações empreendidas na França do século XVIII tiveram no imaginário ocidental.

Badinter (1985) descreve como o mito do instinto materno passa a ser exaltado enquanto necessário para a manutenção da espécie e da sociedade. Esta crença sustenta a ideologia maternalista, que prega o amor inato de toda mãe pelos filhos e o instinto que tornaria qualquer mulher apta à maternidade. A figura da mãe é deslocada do lugar de autoridade para o âmbito do afeto e do carinho. Muitas francesas – mais tarde, europeias e colonas –, perceberam que alcançariam uma importância até então inédita ao incorporarem o modelo de mãe devotada e carinhosa. Embora não tenha sido o único responsável pela modificação do papel materno, Rousseau associa a maternidade à moralidade, o que, além de originar a culpa materna, coloca a instrução e a ambição como desvios da função básica feminina (FORNA, 1999). Análises e discursos passam a ser baseados na teoria rousсенiana da mãe, criando modelos hegemônicos maternos e de maternagem baseados no dever moral e no amor pelos filhos.

No Brasil do século XIX, a medicina higienista atuou para modificar a conduta física, moral e sexual da família burguesa citadina, com foco na orientação do papel da mulher-mãe (COSTA, 1999). O discurso maternalista se intensifica, mesmo com práticas maternas e femininas opostas a ele. A exclusão das mulheres pobres, indígenas e negras dos modelos maternos hegemônicos, implementada desde a invenção da figura da santa-mãezinha, é reforçada. Comumente se convertiam em amas de leite. Aquelas que não eram escravas viam na atividade uma forma de conseguir dinheiro, sendo uma das poucas posições que estavam aptas a ocupar. Já as amas escravizadas obedeciam à ordem de seus senhores, que lucravam com sua venda e/ou serviços de lactância.⁴

Nas classes abastadas, as mulheres passam da figura da mulher de alcova (flácida, pálida, gritando ordens pela casa) à da mãe-higiênica. Adquirem o papel de responsáveis pela formação e bem-estar dos filhos, tendo os médicos como aliados nesse processo que,

⁴ No final do século XIX, discussões médicas sobre o comportamento e o leite das amas culminaram na regulamentação do serviço em importantes províncias. Só poderiam exercê-lo após exame clínico, que atestaria sua saúde. Com a chegada de alimentos industrializados para a nutrição infantil, a Lei Áurea e as reformas urbanas que afetam a população mais pobre, a prática das amas de leite é reduzida, mas persiste para além de 1930.

além de proteger a vida das crianças, sobretudo as da elite, visava regular a vida das mulheres, impedindo-as de romper as estruturas patriarcais que ainda beneficiavam os homens no espaço social.

Enquanto a Europa convertia a maternidade em dever patriótico após a Primeira Guerra, o Brasil enfrentava a precariedade das condições sanitárias que, junto à elevada taxa de mortalidade infantil, ameaçava a consolidação do regime republicano. Durante a década de 1910, organizou-se o movimento sanitarista e a higiene foi lançada como viabilizadora das mudanças sociais pretendidas, capaz de alçar o país ao progresso prometido pela república. O movimento modernizador, liderado pelas elites republicanas e ancorado na rejeição ao passado colonial, elegeu a Ciência como principal ferramenta de autoridade, sendo os médicos seus porta-vozes tanto na esfera pública quanto na privada. A partir disso, põe-se em prática o que Freire (2009) denomina maternidade científica: o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos. Entendia-se a maternidade como um dom vinculado à anatomia e fisiologia femininas – que, portanto, não poderia ser negado –, passível de se aprimorar por meio da educação higiênica.

Influenciadas tanto pelo discurso oficial de progresso quanto pelas teorias freudianas que naturalizavam a maternidade, as revistas femininas se converteram em importantes propagadoras dos ideais higienistas e maternilistas, voltadas às brasileiras das elites e camadas médias. A partir disso, muitas mulheres usam a valorização da maternidade como função social para fazerem demandas políticas e educacionais. Reivindicações sociais femininas passam a se atrelar à maternidade científica (FREIRE, 2009), orientada por especialistas e segregadora tanto de não mães quanto de mães fora dos modelos hegemônicos.

Porém, a partir dos anos 50, surgem questionamentos e demandas em diversos países ocidentais sobre a autonomia e desejos particulares das mulheres. Exige-se o reconhecimento tanto de opressões comuns quanto das especificidades enfrentadas por cada grupo de mulheres (negras, lésbicas, indígenas, periféricas) e por cada mulher enquanto indivíduo.

Maternidade no contexto contemporâneo

Até meados do século XX, a culpa materna ocorria pelo fato de a mulher desejar algo que o espaço público condenava, em uma lógica em que a opressão constituía o mecanismo do funcionamento social. Hoje, o estímulo ocupa esse lugar (SIBILIA, 2010), gerando desejos que não estão isentos da influência de construções sociais, muitas delas, históricas. Entre es-

sas vontades socialmente construídas, está a de ser uma mãe flexível, presente e multitarefas. O que as mães atuais chamam de culpa pode ser lido como a frustração com suas falhas e inaptidões. O mecanismo que incita as mulheres na vida cotidiana é o estímulo, produtor de desejos. Para ter/criar os filhos, a mãe sacrifica outro desejo, que deseja menos. Porém, um dos paradoxos maternos é que a faceta da obrigação – relacionada ao controle e capaz de gerar culpa pelo não cumprimento das responsabilidades – mantém forte papel, inclusive dentro desses desejos. O imaginário do sucesso também se faz presente, ditando um ideal de alta performance que busca ser alcançado individualmente, sob uma lógica meritocrática (CASTELLANO, 2018). Soma-se a isso o desenvolvimento de tecnologias comunicacionais que gera novos suportes midiáticos e formas de interação.

Ainda que a maternidade tenha se tornado menos compulsória do que em períodos históricos anteriores – especialmente quanto à maternagem e à possibilidade de eleger a não maternidade –, a dimensão da escolha (GIDDENS, 2002) não é o único fator que afeta a vida das mulheres. No caso brasileiro, determinações legais (como a proibição do aborto) e problemas estruturais (misoginia institucionalizada, alto índice de violência sexual contra mulheres, ausência de políticas públicas para assisti-las ou dirigidas à educação e planejamento familiar, para citar alguns exemplos) se misturam a pressões morais vinculadas à maternidade (entre elas, a exigência social de que mulheres tenham filhos e os amem com dedicação), junto a uma demanda por alto performance que a torna mais exigente e cansativa (SCAVONE, 2004; MENDONÇA, 2014; FIGUEIREDO SOUZA, 2020, 2022). Segundo Del Priore (2009), a imagem da santa-mãezinha continua presente no imaginário popular nacional, revestindo a maternidade de exaltação e moralismo.

Em uma cultura que tanto valoriza o cuidado estético (SIBILIA, 2010) – que faz algumas mulheres não desejarem a gestação/lactância devido a seus impactos físicos –, muitas mães fazem questão de amamentar os filhos, chegando a militar em favor da prática. Contudo, também relatam desconfortos e insatisfações corporais causados por ela. Tem-se mais um paradoxo da maternidade: apesar da influência de pressões estéticas e práticas culturais de valorização das experiências prazerosas, as obrigações maternas são maiores do que lamentos e hedonismos. Precisam amamentar, pelo bem do bebê, mesmo que isso resulte em feridas, estrias e demais marcas que as próprias mães tomam como indesejáveis. Tratam-se de ambiguidades da cultura do consumo, que oferece estímulos abundantes e contraditórios. Entre eles o de ser, ao mesmo tempo, mãe e não mãe. Entre a segurança de seguir o roteiro social da mulher (constituir família, ser uma mãe dedicada) e a possibilidade de construir planos que independam de filhos.

O contemporâneo é marcado pela caminhada dos indivíduos entre as imposições culturais (ou mesmo políticas, advindas de determinações do Estado) e os desejos particulares; entre o próprio percurso e a tentativa de atender os anseios da sociedade, em um processo paulatino que também se reflete nas vivências maternas e na forma como são abordadas nas mídias sociais.

Narrativas pessoais na cultura digital

As narrativas pessoais apresentam modos de funcionamento distintos de acordo com os suportes e contextos em que são produzidas. Tanto o artigo quanto a dissertação na qual se baseia procuram pensá-las dentro da cultura digital, enquanto publicações e comentários, usualmente feitos em primeira pessoa e trazendo a dimensão da experiência de vida, que diferentes mulheres deixam nas plataformas analisadas. Além de elementos textuais, podem ser compostas por imagens, fotos, emojis, gifs e/ou vídeos. Atenta-se, assim, para o fato de que precisam ser compreendidas em sua dimensão material.

Junta-se a isso a noção de que só é possível pensar a identidade a partir da sua relação com a alteridade. A interferência do outro altera e constrói tais narrativas, sobretudo em um momento em que as fronteiras entre público e privado – o que é ou não permitido/possível de mostrar – encontram-se borradas. Desse modo, narrativas são performances que podem ser encaradas como formas de organizar o mundo, tanto para quem as produz quanto para quem as recebe, capazes inclusive de gerar certo capital social.

O ambiente das mídias sociais estimula uma discussão pública calcada em experiências pessoais, na qual a afetividade é relevante para o posicionamento político/coletivo dos indivíduos (VAN ZONEN, 2012; PAPACHARISSI, 2011). Quanto mais envolvidos com uma questão e maior sua importância para eles, mais personalistas se tornam os discursos e atitudes que produzem sobre o tema. Isso gera ações conectivas (BENNETT e SEGERBERG, 2012): a circulação de pautas pessoais na rede com base na negociação de enquadramentos (*frames*) e identidades, considerando as relações e os laços afetivos na tomada de decisão. Ações políticas também se referem a formas de organizar o mundo com base em determinadas estruturas de funcionamento e poder perpassadas por outras macro e micro dinâmicas. Assim, falar sobre a maternidade em mídias sociais pode ser considerado uma ação política, que produz efeito sobre estruturas de organização socioculturais, econômicas e jurídicas a ela relacionadas. Tais narrativas também podem ser entendidas enquanto ações conectivas, pois se calcam nas experiências pessoais e identidades em disputa, formando laços sociais.

Esse cenário propicia a aproximação do sujeito ao que Van Zoonen (2012) denomina vozes alinhadas: discursos que confirmam o que ele afirma e/ou acredita. Todavia, graças à combinação dos modelos *push* e *pull*⁵ na web 2.0, as mídias sociais permitem que o sujeito entre em contato com o que aqui se chamam de vozes dissonantes: discursos que se opõem a suas afirmações, posicionamentos e, no caso, vivência materna.

Narrativas pessoais sobre a maternidade seriam, portanto, discursos e relatos construídos a partir da junção entre a vivência materna narrada pelo/a autor/a e os recursos disponibilizados pelas plataformas em que tais narrativas são feitas. Nas mídias sociais, a produção textual se destaca enquanto ferramenta mais utilizada para debater a maternidade, sendo feminino a maior parte do público envolvido em tais discussões. Diante disso, a pesquisa optou por trabalhar com narrativas pessoais sobre a maternidade escritas por mulheres.

Uma vez que se admite que as narrativas pessoais buscam modificar algo, investigam-se os efeitos que intencionam e de que maneira tentam concretizá-los. Sustenta-se aqui a teoria de que tais narrativas voltadas para a maternidade são afetivas e buscam ser efetivas. Enquanto suas autoras se comovem (ou seja, são afetadas) por certa(s) questão(ões) relativa(s) à maternidade e/ou pelas demais narrativas com que têm contato, também buscam causar (e, muitas vezes, causam) algum efeito no mundo concreto a partir de suas performances discursivas, dotadas de intencionalidade performática. Considerando o que e como escrevem, as autoras têm noção de que se comunicam potencialmente para milhares de pessoas. Defendem determinados modelos maternos e femininos, de modo que as narrativas pessoais sobre a a maternidade funcionam tanto para externalizar opiniões quanto para mobilizar (ou afetar) o público que as lê.

Metodologia

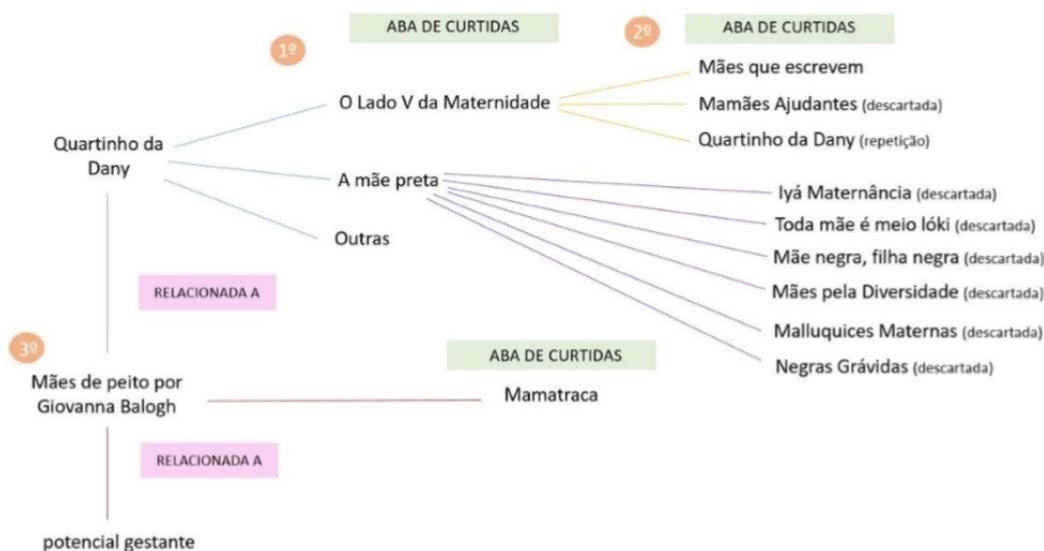
Primeiramente, realizou-se o mapeamento do cenário de discussões sobre a maternidade em mídias sociais, partindo daquela que as observações em campo apontaram como a mais profícua nesse aspecto, o Facebook. Utilizou-se o método cunhado pela dissertação aqui resumida. Inspirado na amostragem em bola de neve, na qual identificam-se informantes que serão usados para levar o pesquisador a outros informantes (HAMMERSLEY e ATKIN-

⁴ Primo (2007) explica que, enquanto encontram e se relacionam com conteúdos e usuários buscados por sua iniciativa, os agentes sociais também são interpelados por anúncios, sugestões e, conforme aqui estudado, narrativas que não esperavam ou agiam para achar nas mídias sociais por eles mobilizadas.

SON, 1983), o fluxo de associações derivativas admite agentes não humanos para conduzir a demais agentes que exerçam tal função.

Nesta pesquisa, as mídias sociais brasileiras em que se tensionam aspectos da maternidade conduzem a outras que apresentam a mesma proposta, adicionadas à amostra conforme cumpriam os requisitos de a) se propor a problematizar a maternidade; b) estar ativa; c) possuir mais de dez mil curtidas; d) conter publicações com engajamento significativo do público e, neste caso, exemplares com poucas curtidas seriam considerados. Para averiguar tais características, empreendeu-se breve análise exploratória das seções Página Inicial, Sobre e Publicações de cada página. O esquema a seguir apresenta uma síntese do funcionamento do método.

Esquema 1 – Fluxo de associações derivativas



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA (2019)

A partir das páginas e, posteriormente, blogs e demais plataformas por ele localizados, foi possível mapear as mais expressivas mídias sociais que problematizam a maternidade no Brasil, bem como averiguar suas datas de criação e o tipo de conteúdo que publicavam. Tal mapeamento ajudou a produzir o corpus do trabalho. Visível no quadro 1, é composto por três conjuntos relativos aos tipos de material encontrados em maior quantidade em campo, sendo representativo do cenário de discussões sobre a maternidade acompanhado ao longo de três anos. A visibilidade, o engajamento e a data de publicação das postagens também foram tomados como critérios de seleção para definir as unidades de análise do *corpus*.

Quadro 1 – *Corpus* da pesquisa

Posts em <i>fanpages</i> no Facebook	Publicações em perfis pessoais no Facebook	Postagens em blogs maternos
"Só podemos mostrar a maternidade como experiência de plenitude e felicidade", crítica psicanalista - HuffPost Brasil, 18 set. 2016	Desafio NÃO aceito - Juliana Reis, 15 fev. 2016	Um dia de cada vez - Vida sem Filhos, fev. 2013
"Me arrependo de ser mãe" - BBC News Brasil, 09 dez. 2016	Contém spoiler da vida de mãe - Júlia Rocha, 19 out. 2017	Ser mãe não basta pra mim - Bossa Mãe, 23 ago. 2017
Mulheres que não têm filhos - Quartinho da Dany, 08 jul. 2017	Em breve eu vou completar 38. Eu não tenho filho - Fhoutine Marie, 6 fev. 2018	Não leia o meu blog se você estiver procurando uma razão para não ter filhos - Tudo Sobre Minha Mãe, 27 maio 2014

Fonte: FIGUEIREDO SOUZA (2019)

Para analisar o corpus, a pesquisa cujos resultados são aqui apresentados inspira-se de forma menos ampla nos preceitos da Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC) – no original, conforme cunhado por Herring (2012), Computer-Mediated Discourse Analysis (CMDA). O método da ADMC propõe a divisão da linguagem mediada por computador em quatro níveis macro (Estrutura, Significado, Gerenciamento de Interação e Fenômeno Social; às vezes, um quinto nível não linguístico, Participação, também é incluído), que possuem três elementos constituintes: questões que aparecem; o fenômeno que vai ser analisado; e o método que se pode usar para investigá-lo. Ao artigo, interessou explorar os níveis Significado e Fenômeno Social.

O primeiro diz respeito às pretensões (que podem ser entendidas enquanto intencionalidades performáticas) que se têm ao acionar a linguagem mediada por computador, como são comunicadas e qual o resultado dessa comunicação. Para tanto, observam-se o significado das palavras, os atos da fala e as trocas de significação por meio do uso da semântica e de uma visão pragmática da linguagem, atenta a seus desdobramentos e efeitos práticos. Já o nível Fenômeno Social se relaciona às dinâmicas sociais, relações de poder e a conceitos

como os de influência, identidade, comunidade e diferenças culturais/sociais (estas últimas pouco presentes nas narrativas investigadas). Para isso, atenta-se às expressões linguísticas que denotam status, conflitos, negociações e gerenciamentos de impressão, além de observar o estilo e as particularidades dos discursos investigados.

Para explorar as unidades de análise do corpus, primeiro o trabalho se debruça sobre o eixo de produção. Depois, examina os principais comentários (que continham narrativas pessoais) ao post analisado, traçando um breve perfil das autoras com base nas informações disponibilizadas em seus perfis. A figura a seguir exemplifica como foi feita a análise dos posts selecionados e seus comentários mais relevantes. As reações ⁶ que cada um recebeu também eram consideradas para interpretar sua recepção por parte do público.

Figura 1 – Ordem das análises

Fhoutine Marie
6 de fevereiro de 2018

Em breve eu vou completar 38 anos. Eu não tenho filho. Melhor dizendo, eu sou uma mulher cis hétero em um relacionamento longo e com o aparelho reprodutor saudável que não tem filho. Ou seja, eu não tive filho porque o momento de tomar a decisão de colocar uma pessoa no mundo não chegou. Ou melhor, eu não tive filho porque eu não quis.

Antes que alguém diga que ainda dá tempo, eu respondo que sei como funciona o meu corpo e que ainda não entrei na menopausa. Eu sei que tem tempo. Tem tempo, tem corpo funcionando bem pra essa finalidade, tem marido bacana. O que não tem: vontade da minha parte.

Antes que alguém me diga "mas é tão bom", eu respondo que não duvido. As pessoas da minha idade estão grávidas, tem filhos pequenos, adolescentes, entrando na faculdade ou mais de uma categoria. Eu vejo a alegria dos meus amigos que tem filho, mas não é pra mim. Eu não odeio criança, ao contrário, eu me dou muito bem com crianças. Eu não gosto muito de adolescente, mas até aí nem pai e mãe de adolescente gosta muito de adolescente.

A questão é que eu não tenho a menor vontade de ficar grávida ou de cuidar de uma criança todos os dias da minha vida e pelos próximos anos. Isso não quer dizer que eu seja uma dessas childfree que não quer conviver com crianças. Na minha idade é inevitável porque a maioria das pessoas tem filho. Crianças são pessoas como quaisquer outras, só possuem uma lógica diferente. Com a vantagem de serem mais legais e bonitinhas que a maioria das pessoas.

Como mulher cis que optou por não ter filhos eu penso todos os dias no privilégio que é poder não ter filhos num país que nos obriga a levar adiante uma gestação que você não quer. Ou é isso ou se encher de hormônio pra garantir. Eu me encho de hormônio. Eu penso também no quanto me perturba as pessoas que me cobram filhos e imagino o quanto de perturbação as mães aturam porque estão cansadas ou solitárias demais pra mandar todo mundo pro inferno.

Enfim, eu estou escrevendo isso porque eu sinto que precisamos falar disto com mais honestidade. Maternidade compulsória, solidão materna e não-maternidade. Porque o patriarcado tá pra nos tratar como encubadoras e pra tratar que se recusa a ser mãe como mulheres menores, defeituosas, egoístas e pra dizer pras que são mães "virem-se, quem pariu Matheus que o embale".

3,5 mil reações, 51 comentários, 707 compartilhamentos

Dani Amiga, eu tenho a Clarice e estou feliz com ela. Mas desde que me assumi com um companheiro mara e 13 anos mais novo que todo mundo pergunta: "mas e um filho de vcs 2?". Já teve até quem dissesse que seria injusto com ele eu não ter outro filho. E comigo? Tem justiça pra mãe? Pois é... A verdade é que sempre tem que nos julgue pq sempre esperam mais e mais de nós. Permanecemos felizes como somos e tranquilas em nossas escolhas. Isso é justiça.
Curtir · 16 sem · 53 reações

Heloisa Filho tem que ser escolha! Não tá afim, não tenha mesmol! Tá certíssima! A vida é sua, e quando a gente tem filho, a vida muda muito.
Curtir · 16 sem · 62 reações

lalandalu Eu acho que as pessoas localizam muito a maternidade na criança e não no fato de que maternidade se trata de um papel social imposto as mulheres. Ser mãe se trata muito mais de controle social do que a experiência em si. E não sobre gostar ou querer ter crianças por perto. Até pq, tanto a infância quanto a adolescência, comparada com a fase adulta é uma parte bem pequena da vida de qualquer indivíduo. E maternidade ultrapassa a dimensão do choro e do acordar cedo. Acho que temos que nos perguntar: afinal, o que é ser mãe? E por que somos mães? E para quê ou quem?
Curtir · 15 sem · 33 reações

Fonte: Elaboração própria

⁵ Recurso que passou a integrar as funcionalidades do Facebook em fevereiro de 2016. Além da tradicional curtida, os usuários podem marcar as publicações alheias com 'amei' (ícone de coração), 'haha' (emoji de risada), 'uau' (emoji de admiração), 'triste' (emoji de choro) e 'grr' (emoji de raiva).

Resultados da Análise Empírica

Difícilmente há debate sobre a maternidade sem a convivência entre mães e não mães. A pesquisa também encontrou pontos comuns em narrativas que partem de experiências particulares. Há eixos discursivos presentes na maioria dos comentários de mães (amor aos filhos). Outros são majoritários entre os das não mães (serem vistas como incompletas). É possível, ainda, encontrar elementos e situações que se repetem nas narrativas de ambas (cobrança familiar por filhos). Isso indica que existem práticas e concepções que afetam esses dois grupos e, assim sendo, afetam todas as mulheres.

A função editar comentário é bastante acionada para corrigir erros de digitação ou acrescentar argumentos, o que sugere que as discussões foram travadas de forma síncrona, sem que as participantes refletissem muito sobre o que escreveriam. Isso gera narrativas mais afetadas e espontâneas. Ainda assim, as autoras voltavam aos comentários para aperfeiçoá-los ou corrigi-los. Tal edição revela tanto que continuavam acompanhando os debates quanto os efeitos que as reações ao que escrevem têm sobre como se manifestam.

Os principais eixos discursivos das discussões analisadas se veem abaixo.

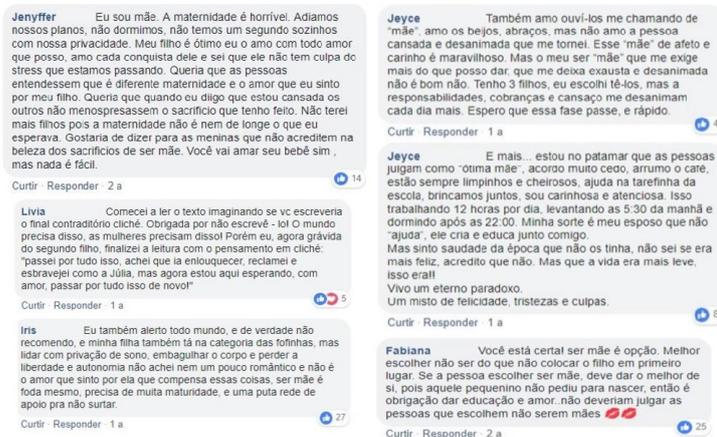
Gráfico 1 – Eixos discursivos mais acionados em cada conjunto



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA, 2019

Relatos sobre as obrigações e restrições da maternidade se encontram entre eles, revelando denúncias de esgotamento por ser mãe, respostas a reprimendas quanto a esse tipo de comentário e afirmações de que a maternidade tem potencial para ser restritiva, conforme visto a seguir.

Figura 2 – Obrigações maternas



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA, 2019

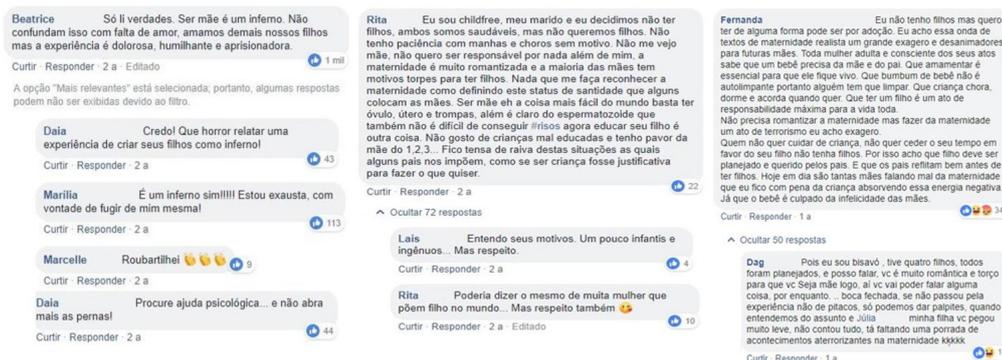
As narrativas sobre os desafios maternais podem ser associadas ao imaginário da vitória: a jornada de quem supera obstáculos e resiste aos empecilhos para conquistar seus objetivos, seguindo a lógica meritocrática (CASTELLANO, 2018). No caso, a meta de criar os filhos da maneira mais satisfatória. Narrativa esta que pode ser associada a premissas maternalistas, pois o amor materno é colocado como o que lhes dá motivação para seguir em frente, empreender mudanças, trabalhar mais, entre outros efeitos considerados positivos pelo capitalismo liberal (figura 4). O que também lança para o plano individual a solução de problemas estruturais relacionados à maternidade.

Muitas narrativas revelam desconfiança diante de informações mediadas por agentes midiáticos como programas de televisão e blogs/grupos informativos, gerando ações conectivas para informar a outras mulheres sobre o que consideram a verdadeira maternidade, contada por elas mesmas. É na vivência materna pessoal em que se pode confiar (figuras 2, 3 e 5). No entanto, essas vivências possuem algum grau de mediação, já que também são compostas por relatos e experiências de outras mulheres com a maternidade. Os posts que as participantes das discussões elogiam e compartilham foram feitos em dispositivos midiáticos, sob a triagem das respectivas autoras.

Redes de apoio se formam entre mulheres cujas vozes são alinhadas. As discussões têm cunho muito mais autoafirmativo e de desabafo do que de conscientização ou esclarecimento. Isso inclusive revela os limites do discurso da sororidade — aliança entre mulheres baseada na empatia e no companheirismo —, tão forte nos atuais movimentos e discursos feministas. Ela existe entre aquelas que possuem os mesmos posicionamentos. O lugar de

fala se transforma em recurso para desqualificar ou rebater vivências maternas diferentes das próprias, até para repelir críticas a seus argumentos e/ou vozes dissonantes, conforme visto abaixo.

Figura 3 – Vozes alinhadas e dissonantes com base em vivências pessoais



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA, 2019

A visibilidade é relevante para as autoras das narrativas publicadas. Mostrar que seus sentimentos e experiências são reais, que ocorrem, apesar de uma grande mídia e de um imaginário coletivo que não os abordem. As participantes da maioria dos debates parecem mais interessadas em tornar suas questões, angústias e demandas visíveis do que em trocar ideias (figura 2). Cada uma registra sua vivência materna, que receberá curtidas e reações de ‘amei’ de quem concorda, ‘haha’ e ‘grrr’ de quem discorda. A intencionalidade performática desses comentários parece mais ligada ao fato de as autoras serem notadas pelos pares do que convencer – ou procurar entender o lado de – quem possui o posicionamento contrário.

Tal dinâmica argumentativa ilustra o ambiente das mídias sociais como predominantemente de confirmação, em vez de espaços para contestação, como também apontam Papacharissi (2011) e Van Zoonen (2012). Tanto é que a maioria dos comentários concordam com o conteúdo dos posts ao qual respondem. O teor afetado e que procura ser efetivo se reflete nas polarizações, agressividade e em certo dualismo nos posicionamentos sustentados pelas debatedoras.

A construção do valor de autenticidade para a vivência materna é outro aspecto forte entre as narrativas, seja por meio do compartilhamento de situações enfrentadas enquanto mães ou não mães, seja pela demonstração de conhecimento sobre as facetas da maternidade ou da não maternidade. Nas narrativas, conforme mostra o gráfico 1, o lugar de fala é central. A partir dele e da própria vivência materna, as participantes das discussões tecem

seus relatos e avaliam o conteúdo de outros comentários. Apesar dessa centralidade, o lugar de fala não é fator determinante para aprovar ou desconsiderar as narrativas compartilhadas. Muitas vezes, quem fala (no caso, quem digita) não importa tanto quanto o que fala, reforçando a dinâmica de vozes alinhadas e a negociação performática presente nas interações. Mas se alguém alheio ao grupo ao qual uma participante pertence emitir um discurso que destoe do que ela ou seu grupo majoritariamente defendem, a inadequação do lugar de fala e do conteúdo dessa fala é rebatida com mais agressividade (figura 3). Diante disso, notam-se disputas de valor em relação às vivências maternas, com tendência à polarização.

Segundo boa parte das narrativas, ser mãe consistiria em fazer tudo que estiver ao alcance pelos filhos (por obrigação e por gosto), obter desempenho satisfatório no maior leque possível de atividades e enxergar os momentos bons sem suprimir os ruins. É possível perceber, nos modelos hegemônicos maternos e de maternagem, a influência de concepções tradicionais como as enunciadas por Del Priore (2009), Costa (1999) e Freire (2009) – amor incondicional, vocação materna, deveres da mãe ligados ao ambiente doméstico etc. – combinada com demandas de otimização (SIBILIA, 2010; MENDONÇA, 2014; CASTELLANO, 2018), respondendo a novas exigências e definições femininas que, em grande parte, derivam do mercado – pressão estética, carisma dócil, ascensão profissional, entre outras, conforme se vê abaixo.

Figura 4 – Valores maternos predominantes



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA, 2019

Diante dos dados da pesquisa, talvez o grande paradoxo da maternidade seja que, apesar de exigente e desgastante quando em uma cultura patriarcal – como é o caso da maioria das sociedades –, constitui um caminho mais previsível e seguro em termos socioculturais, sobre o qual as mulheres possuem referências (familiares, sociais, midiáticas) desde novas. Empreendimento pelo qual boa parte delas acredita conquistar importância e ocupação social, conforme pode ser visto nas narrativas pessoais que postam. Muitas afirmam ter sido esse o motivo ou a consequência direta de se tornarem mães.

Figura 5 – Contradições maternas



Fonte: FIGUEIREDO SOUZA, 2019

De forma contraditória, a maternidade acaba sendo uma experiência social e, sobretudo, pessoalmente gratificante para boa parte das mulheres, inclusive as que a criticam nas mídias sociais.

Conclusões

O trabalho permite visualizar alguns sentidos da maternidade a partir das narrativas de mulheres comuns nas mídias sociais. Há comportamentos (on e offline) que as mães precisam ter, alguns estabelecidos por lei, do contrário correm o risco de serem alvo de críticas, condenação ou perda da guarda dos filhos. O desejo de virar mãe atrela-se a uma série de obrigações que não necessariamente a mulher queria assumir ao concretizá-lo. A normatividade materna também se estende às não mães. Determinadas atitudes configuram desvios ao que se espera de sua conduta em relação ao universo materno/feminino, sendo objeto de

silenciamento, repreensão, asco. Várias reações (censura, repúdio, raiva) a práticas opostas à normatividade materna se repetem entre mães e não mães. O que muda é como se manifestam de acordo com a condição que a mulher avaliada ocupa. A repreensão sofrida por uma mãe impaciente se difere da experimentada por uma não mãe sem paciência com os filhos alheios, e assim por diante.

Considerando a precariedade dos direitos reprodutivos femininos no Brasil e sua hostilidade com as mulheres – denunciadas inclusive nas postagens aqui expostas –, é possível compreender o teor enfático e inflamado das narrativas pessoais que produzem sobre a maternidade nas mídias sociais. Resignificam-se imperativos cujo sentido parece dado. Podemos tomá-los como um modo de pleitear a possibilidade de fazer escolhas em seu nível mais profundo, passando por instituições socioculturais, políticas, econômicas e jurídicas.

Para além de serem ou não serem mães, as mulheres buscam (poder) definir o curso de seus posicionamentos maternos de acordo com as especificidades das condições em que se inserem. Já que não há escolha senão escolher (GIDDENS, 2002), e é preciso sustentar essas escolhas, então que sejam realizadas da forma mais livre e personalizada possível, sendo esta independente de modelos maternos e de maternagem normativos. Demanda capaz de se espriar para públicos distintos a partir do compartilhamento da vivência materna das mulheres que a visibilizam por meio de suas performances discursivas nas mídias sociais.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action**. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

CASTELLANO, Mayka. **Vencedores e Fracassados: O Imperativo do Sucesso na Cultura da Autoajuda**. Curitiba: Appris, 2018.

COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. **“Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. **“Ser mãe é f*d@!”: mulheres, (não) maternidade e mídias sociais.** Porto Alegre: Zouk, 2022.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. **Tensionamentos maternos na contemporaneidade: articulações com o cenário brasileiro.** Revista Crítica de Ciências Sociais (online e impressa), n. 123, p. 47-68, 2020.

FORNA, Aminatta. **A mãe de todos os mitos.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Maria Marta de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: Principles in practice.** London: Tavistock, 1983.

HERRING, Susan C. **Discourse on Web 2.0: Familiar, reconfigured, and emergent.** In: TANNEN, Deborah; TRESTER, Anna Marie (Eds.). *Discourse 2.0: Language and new media.* Washington D.C.: Georgetown University Press, 2012. p. 16-41.

LEMONS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto.** Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, 2014.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire; MENDONÇA, Maria Collier de (Orgs.). **Maternidade nas mídias.** Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2021.

O'REILLY, Andrea (Org.). **Maternal Theory: Essential Readings.** Toronto: Demeter Press, 2007.

PAPACHARISSI, Zizi. **The virtual sphere 2.0: The internet, the public sphere, and beyond.** In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Orgs.). *Routledge Handbook of Internet Politics.* London: Routledge, 2011. p. 230-245.

PRIMO, Alex. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0.** E-Compós, n. 9, ago. 2007. Disponível em: 10.30962/ec.153. Acesso em: 14 maio 2020.

SCAVONE, Lucina. **Dar a vida e cuidar da vida: sobre maternidade e saúde.** In: SCAVONE, Lucina. (Ed.). *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais.* São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 127-139.

SIBILIA, Paula. **Em busca da felicidade lipoaspirada: agruras da imperfeição carnal sob a moral da boa forma.** In: FREIRE FILHO, João (Org.). Ser feliz hoje: Reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 195-212.

VAN ZOONEN, Liesbet. **I-Pistemology: changing truth claims in popular and political culture.** European Journal of Communication, v. 27, n. 1, p. 56-65, 2012.